

Celebrando os quinhentos anos: de que lado ficou a *academia*?

*José Jorge de Carvalho**

Começo celebrando a decisão do Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos do CEAM e dos colegas que convocaram esse ciclo de palestras, porque com elas procuram pagar, ainda que em uma pequena medida, a enorme dívida intelectual da universidade com uma leitura crítica, livre, não-oficial e comprometida com a situação vivida pela maioria da população brasileira, dessas celebrações dos 500 anos do Brasil ocorridas durante o ano 2000.

Colocando agora minha fala em retrospectiva: em 1990 participei de um debate da Associação Brasileira de Antropologia, em Florianópolis, cujo título era “A vocação crítica da Antropologia”, o qual foi publicado no *Anuário Antropológico/90*. Naquela mesa redonda, da qual participaram cinco antropólogos, que eu me lembre, ninguém tocou na crítica específica a algum segmento social. Partíamos então do pressuposto de que a Antropologia teria uma vocação crítica sobretudo em relação ao senso comum, por nós definido como eivado de preconceitos e valores etnocêntricos capazes de se generalizar pelo corpo social. Em nenhum momento, porém, questionamos a topologia social específica desses valores que decidimos chamar de senso comum – eles seriam um outro modo de definir a “sociedade brasileira”, entendida como quer cada um, essa expressão que esposa um conjunto de valores, crenças e atitudes, como se essa sociedade não fosse eivada de monumentais conflitos de classe, étnicos ou sociais. Ou seja, naquele momento, com o esforço todo que fizemos de trazer à Antropologia uma vocação crítica, nós não criticamos o Estado brasileiro.

* Departamento de Antropologia , UnB.

Na verdade, o único antropólogo que criticou abertamente o estado brasileiro – e sempre com veemência – foi Darcy Ribeiro, coincidentemente ou não um autor sistematicamente silenciado na comunidade antropológica brasileira. Uma atitude muito comum dos antropólogos brasileiros é bem representada por Roberto Da Matta, que coloca em questão um determinado aspecto do Estado – digamos, a impossibilidade de se estabelecer critérios impessoais de funcionamento das instituições públicas – para logo caracterizar esse mesmo funcionamento de um modo sedutor. Enfim, para “salvá-lo” em sua diferença ou singularidade quando contrastado com outros estados nacionais. E este debate, agora, é uma oportunidade que vejo de atualizar a leitura das Ciências Sociais, a leitura da *academia*, da intelectualidade, cuja função maior deveria ser a de oferecer críticas consistentes ao Estado. Se em um determinado momento percebemos que o Estado está visivelmente contra a sociedade, a pergunta que se pode fazer é: de que lado fica o acadêmico, de que lado fica o intelectual quando essa tensão chega ao paroxismo?

Nós já estamos em outubro¹. Aqueles momentos, entre dramáticos, macabros e grotescos, que todos vocês devem se lembrar, de abril, correm o risco, inclusive, sobretudo num país como o nosso, em que a elite trabalha ferozmente para promover a amnésia, de caírem no esquecimento. Considero, então, que este é o momento adequado para tentar lembrar e mentalizar o princípio do ano, talvez até o ano passado, em que se esquentavam os motores, digamos, para a celebração, que deveria culminar no mês de abril de 2000. Daqui a pouco tempo poderemos esquecer o que passou, o que não é nada bom. Amanhã, apenas lembro, dia 12 de outubro, para nossos vizinhos, nossos irmãos latino-americanos, é o dia principal de crítica da celebração da descoberta da América, conhecido nos países de língua espanhola como dia da Raça. Talvez possamos antecipar imaginariamente em quatro horas a próxima meia-noite e vincularmos, em espírito crítico, a discussão dos 500 anos do Brasil com os que se lembram da crítica severa que foi feita em muitos países latino-americanos, em outubro de 1992, às tentativas da Espanha de celebrar a data dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo. Agora, como em outras tantas ocasiões, infelizmente, estamos “celebrando” e refletindo sozinhos.

¹ Refere-se ao dia 11 de outubro de 2000 na ocasião da Mesa redonda “América e África” (n. da edit.).

Lembremos pois o que foi a proposta de celebração para abril de 2000. O governo federal montou aquele show com características estranhíssimas, terríveis, em que os grupos étnicos, os índios, os negros, os sem-terra, os sem-teto, os sem-emprego, os párias de todo tipo, contestaram a pompa da celebração. Montou-se em Porto Seguro uma barreira humana de policiais e por trás da barreira montaram uma barraca para abrigar o poder político do Estado. E de que lado ficou a *academia*, entre a barreira, a barraca e os párias, os étnicos, os índios, que habitavam muito antes; os negros, que vieram com uma história também muito mais longínqua; os sem-terra, descendentes dos portugueses, que não tiveram outra alternativa senão também ficar ao lado dos étnicos? Onde ficou a *academia* nessa história? A UnB prometeu vários eventos ao longo dos últimos dois anos, e, na verdade, fez muito pouco, do ponto de vista institucional, que marcasse uma voz autônoma, uma voz minimamente independente. Por dois anos ouvimos essas promessas e pouco se cumpriu delas.

Estendendo um pouco essa retrospectiva com início em abril, tivemos no mês de julho, em Brasília, a reunião extemporânea (foi adiada justamente para não coincidir com as celebrações dos 500 anos na capital da República) da Associação Brasileira de Antropologia, da qual participei. Nessa reunião, à qual compareceu a maioria dos antropólogos brasileiros, não se fez nenhuma reflexão, nenhum debate, nenhuma crítica ou sequer análise das celebrações dos 500 anos do Brasil. Se estivéssemos nos dias da ditadura militar (não que eu sinta saudades do regime militar, obviamente), é quase certo que a Associação Brasileira de Antropologia teria aberto a discussão entre os seus membros, se manifestado com veemência, colocando-se claramente no papel de prestar solidariedade aos povos excluídos das celebrações e da riqueza do país. Está portanto de parabéns o Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos do CEAM pela chamada a essa reflexão crítica.

Reitero a necessidade da crítica neste momento, pois o quadro do país é grave demais para fazer de conta de que estamos todos em festa. E sobretudo porque a crítica deve ser sempre exercida em nome de alguma solidariedade. No caso do intelectual, a crítica deve implicar numa tomada de posição necessariamente de distância do poder estabelecido; ou, dito de outro modo, deve ser contra-hegemônica, tal como o mencionou, antes de mim neste debate, o professor Nelson Inocencio. Passando muito rapidamente a como poderia ser lido o que foi esse discurso

oficial, que continua, na verdade, lembrem-se de que vocês têm até o dia 15 desse mês, até a semana que vem, para ver o original da carta de Pero Vaz de Caminha, que se encontra no Salão Nobre do Congresso Nacional – é a primeira inscrição colonial e canônica da nossa sociedade.

O plano do governo brasileiro foi claro: fazer uma celebração que não ofendesse aos poderosos, nacionais e internacionais. A marca desses festejos foi confeccionar uma celebração que, por um lado, vinculasse claramente o Brasil a uma espécie de raiz européia e que, por outro lado, que os europeus fossem convidados com a finalidade de darem o seu aval à celebração. Inúmeros encontros foram realizados, ao longo de dois anos, entre oficiais do Itamaraty e membros de várias comissões de Portugal com a finalidade de negociar a pauta da celebração, para que Portugal não se sentisse ofendido, como a Espanha havia se sentido oito anos atrás frente a países como o Equador. E estar com Portugal, hoje, é estar bem com a Comunidade Econômica Européia – trata-se de negócios, afinal de contas e em nome dos negócios os poderosos decidem que as opressões internas se justificam ou ficam silenciadas para não interferir. O Itamaraty, em um certo momento, colocou a possibilidade de que essa agenda tivesse uma certa “qualidade cultural” – assim foi chamada pela comissão original nomeada para construir a agenda das celebrações. E esta, mesmo cooptada conforme anda nesses tempos neoliberais, se não por ideologia, pelo menos por vaidade, não aceitaria uma rendição completa aos interesses do governo. Mas, de repente, o governo passou uma rasteira nesse grupo do Itamaraty, o grupo tido como “culto” dessas celebrações, e deixou nas mãos daquele personagem que prefiro não adjetivar por enquanto, chamado ministro Rafael Greca.

Há que pensar no problema político relativamente grave que se colocou então para o Itamaraty, que teria que lidar com a nossa elite intelectual. Uma vez salva a relação com Portugal-membro-da-Comunidade Européia, tornou-se mais estratégico (e mais barato, porque o Itamaraty conserva um compromisso com a qualidade) transferir o programa para Greca, com seu populismo cego e surdo. O ministro Greca, todo sorridente, cheio de planos mirabolantes e “baratos”, usurpou o lugar do Itamaraty, com sua seriedade costumeira, seu cerimonial refinado, e decidiu que montaria um show do tipo vovó-faz-cem-anos, algo desse tipo: rasante, rasteiro, de baixa mídia. O interessante que todos os dias se discutia, Greca propondo um show bizarro numa pororoca disnéica, com Chitãozinho e Xororó cantando entre as águas, inclusive

com a aliteração também como parte do show. As vogais abertas corroborariam o patético argumento do amaciamento da língua portuguesa nos trópicos sadomasoquistas de Gilberto Freyre (entenda-se: a Casa Grande no lado do sadismo e a Senzala no lado do masoquismo). A lógica explícita era a do pão e circo e da amnésia social: só show e mais nada. Com o Itamaraty as conseqüências teriam sido outras: teriam sobrado catálogos de exposições, livros, documentos, painéis, que poderiam circular depois pelas escolas do país. Pouco disso se fez e essa ausência de informação facilitou a operação anticrítica montada obliquamente pelo governo federal. A intelectualidade, muito particularmente as Ciências Sociais, viveram, e ainda vivem, um momento de estranha cooptação.

Falo aqui, evidentemente, sobretudo do lugar da Antropologia, podendo porém incluir a História, a Filosofia, a Sociologia, a Ciência Política, as Letras, representadas também nesta universidade, que vivem um momento embaraçoso. Por quê? Porque o Presidente da República é um sociólogo, e a Primeira-Dama é uma antropóloga. Isso faz com que, montada uma farsa, diante de um momento de crise, de opressão, de miséria, de exclusão, de desemprego, de genocídio indireto no Brasil, toda a intelectualidade é pressionada ou instada a calar a boca, porque “não vamos falar mal de nossos colegas, afinal, nós estamos no poder.” Uma estranha lógica de adesão, uma surda paralisação parece haver interpelado as consciências neste momento: por que logo nós, que estamos agora no poder, teremos que discordar do presidente? Assim pensam, desde 1994, a imensa maioria dos cientistas sociais brasileiros. Virando esse argumento de cabeça para baixo, podemos resgatar a leitura que os movimentos sociais contestatários e insurrecionais fazem dessa posição assumida por nossa elite intelectual: é como se tivesse sido a ela facilitado o poder na hora errada. Quando ela era de fato contestária não tinha poder; agora que supostamente dispõe das condições de influência e liberdade de expressão para questionar o significado das celebrações, opta por calar-se ou render-se a um mero papel de ventríloquo do discurso oficial.

Então, nossa elite pensante acabou se situando no lugar dos portugueses que aqui desembarcaram e não dos índios que receberam o impacto desse desembarque. E aquele era um momento propício para uma discussão. Como se essa intelectualidade brasileira, que se preparou muito mais do que nos anos sessenta; que após trinta anos de pós-graduação

conseguiu formar um grupo de pessoas com uma atualização, um acesso à informação e às teorias novas muito maior do que uma geração anterior. Enfim, muito mais preparada para discutir o colonialismo, o imperialismo, a dependência, a perda de soberania, a dívida externa, os planos genocidas de estabilização, o neoliberalismo, a face perversa da globalização, a realidade simbólico-psíquico-política da pós-colonialidade, colocou todo aquele potencial analítico de cabeça para baixo, em nome da integração, da mediação sem confronto, do silêncio, quando não da cooptação aberta e da defesa explícita.

De repente, a *academia*, ou quase toda ela – e muito particularmente as Ciências Sociais – se vê parte do governo. Por isso a reunião da ABA pôde se desenrolar em absoluto silêncio. E por isso essa barraca de luxo pôde esvoaçar ao vento sem nenhuma voz que a criticasse. Em nome de confirmar um pertencimento ao poder, a *academia* optou por um dos lados dessa barreira social e política intransponível. Repito que se esse episódio grotesco de exclusão dos subalternos das celebrações dos 500 anos da nação tivesse acontecido nos dias da ditadura, ou se pensássemos na própria Universidade de Brasília há trinta anos atrás, seria inimaginável essa omissão da associação nacional dos antropólogos diante dos maus-tratos sofridos pelos índios naqueles dias de abril de 2000. A Associação Brasileira de Antropologia teria se manifestado veementemente contra as imagens que circularam no mundo inteiro, de índios sendo barrados a cassetete pelas forças policiais, sendo impedidos de chegar a Porto Seguro e Coroa Vermelha após haver viajado três, quatro mil quilômetros. Volantes indígenas tentaram marcar presença no sul da Bahia depois de terem cruzado o país inteiro. Esse tema nos conduz, simultaneamente, ao lugar que devemos ocupar, como acadêmicos, nesse debate entre a sociedade e o Estado, e também sobre o próprio fechamento do espaço democrático em geral. Ou seja, que momento é esse, o momento dos 500 anos, em que podemos viver? Ofereço um esboço de descrição, como corresponde a um etnógrafo, da barraca presidencial da festa dos 500 anos.

Imagino que todos se lembram da barraca branca montada perto da praia de Coroa Vermelha. A uns poucos quilômetros dessa barraca estava toda a polícia, e do outro lado estavam os grupos tratados com o estigma político dos oprimidos, desclassificados, periféricos, subalternos, excluídos, genericamente “étnicos”: negros, índios, pobres, sem-terra, gays, todos do outro lado. Na barraca estavam o Presidente da

República, acompanhado de seu vice-presidente, ao lado do presidente de Portugal. Todos celebraram a chegada de Pedro Álvares Cabral com uma cachacinha. E, sentados, do lado esquerdo deles, estavam a primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso, a meu ver, visivelmente incomodada, provavelmente porque lhe deram um lugar ao lado do ministro Rafael Greca, que já era naquele então demissionário, porque a caravela que ele havia mandado construir, 500 anos após as caravelas originais, não conseguiu sequer afastar-se do mar alto na Baía de Todos os Santos em Salvador e não chegou para o grande dia. Pateticamente emblemático desse fosso existente no Brasil entre elite governante e sociedade civil, ele continuava sorrindo, sem que conseguíssemos entender bem de quê, para quê, ou para quem. A primeira dama tinha, de um lado, a companhia desse personagem incômodo, a essa altura uma espécie de bufão, um ser constrangedor para o poder; e à sua direita se encontrava um outro personagem poderosíssimo, o então presidente do senado Antônio Carlos Magalhães, cacique maior do Estado da Bahia – “cacique” no mau sentido do termo, no sentido em que a elite faz uso do seu poder. Projetando sobre a organização política dos índios o seu autoritarismo costumeiro, foi ele, em boa medida, o principal responsável pelo cerco e pela barreira contra os índios, contra os negros, contra os sem-terra.

Nessa imagem constrangedora para a intelectualidade brasileira, está a colega acadêmica sentada entre essas pessoas, incomodada, e sem outra opção, aparentemente, do que celebrar e beber um pouquinho da cachacinha. Essa é a imagem da branca barraca do Estado brasileiro. Para usar um termo do jargão antropológico, a barraca seria um símbolo-chave desse ritual de celebração. Um símbolo claramente polissêmico, sua brancura e sua redondez associados, para a elite, à ordem e a legalidade. Por seu lado, os excluídos que protestavam a associavam à hipocrisia, à corrupção, à segregação, ao descaso diante do sofrimento das massas brasileiras.

O outro símbolo-chave dessa efeméride, transmitido pela mídia internacional, foi a imagem do confronto entre índios e policiais, fato sucedido a alguns quilômetros de distância da barraca. Das imagens do confronto, uma tornou-se especialmente apta para ilustrar os predicamentos da sociedade brasileira nos seus 500 anos: a do índio ajoelhado diante do policial que ameaça agredi-lo. Curiosamente (e felizmente) esse símbolo é menos polissêmico que o da barraca branca. Mesmo que alguns membros da elite sitiada na barraca se identificas-

sem privadamente com a posição do policial – afinal, aquele era o seu policial – a maioria deles não se atreveu a interpretar aquela imagem da repressão como um símbolo da ordem, do respeito ou da harmonia. Essa assimetria hermenêutica básica entre os dois símbolos-chave (a barraca e o índio ajoelhado frente aos policiais) reforça de um modo veemente a fragilidade dos argumentos daqueles acadêmicos que advogam pela neutralidade da *academia* diante dos conflitos políticos e sociais. Cabe ao poder tentar justamente deter a proliferação de interpretações do mesmo símbolo.

Com tudo isso, em que ficamos, agora que os ventos levaram embora as caravelas e a barraca? Ao longo de todo esse tempo, então, começando naquele mês de abril, a mídia procurou reativar um mito poderoso da origem brasileira vista da perspectiva dos brancos. Um mito central que poderia, de alguma forma, ter sido, finalmente, debatido, e, provavelmente, contestado de uma forma veemente: o mito da democracia racial, o mito da integração social e étnica no Brasil. Pelo contrário, o que nós vimos foi uma celebração constante da figura de Gilberto Freyre, um dos maiores ícones desse Brasil que se celebrava na barraca, em imagens na televisão, que reprisavam muitas das entrevistas que concedeu, em inúmeras comemorações no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife. No dia 20 de abril de 2000 eu havia participado de um debate no programa Espaço Aberto, da TV Globo, no qual discuti com um cientista que havia feito um mapa genético do povo brasileiro, e que concluía que o homem português copulou com mulheres, índias e negras, e gerou o brasileiro. Ele acabava de vir de Coimbra, onde havia saído nos jornais: “Gen de português triunfa no Brasil.” Este é o clima ideológico que gerou esses 500 anos, e a intelectualidade, de alguma forma, ficou capturada por ele.

Nessa mesma linha elegíaca de nossa “raiz européia”, um historiador muito importante acaba de escrever um livro sobre a Casa da Torre, ao qual me convidou para participar. A idéia era colocar toda a nossa energia intelectual para recuar à primeira família brasileira, como se tal ente existisse. O projeto era tentar rastrear a Casa da Torre, para que chegássemos a 1509, data do casamento de Diogo Álvares, o Caramuru, com a índia Paraguassu. Conseguiríamos fundar o Brasil antes da mistura com os negros. (Essa pessoa também se sente descendente, obviamente, da primeira família brasileira). O único lugar possível para fixar o branqueamento à brasileira seria então revelado se conseguíssemos

rastear a nossa origem “comum” (nós, os “brasileiros”) ao ano de 1509! Quer dizer, não necessariamente nos tornaríamos alvos como os europeus – isso sabe bem a nossa elite que não podemos ser – mas podemos nos limpar da “mancha negra”.

Assim, ao perceber esse esforço freyriano, de um lado, de detectar genes; e no esforço de escrever esse livro, tentando voltar à primeira família “brasileira” de 1509, penso ter encontrado finalmente, uma outra chave possível para entender a ideologia do branqueamento. O nosso branqueamento não é ser branco como o dinamarquês; é simplesmente conseguir eliminar a “pura mancha negra”. Então, dentro dessa lógica racista antinegro, o casamento da Índia Paraguassu com Diogo Álvares teria dado brancos possíveis, mesmo que indiados; mas teríamos escapado do enegrecimento na nossa origem e ficaríamos com a condição almejada de brancos “à brasileira”, limpos totalmente da negrura advinda dos escravos. Nessa lógica dos 500 anos, o índio do passado não mancha, porque era inocente, era natural, era nu, enfim, não era anti-progresso. Ele não se contrapunha ao projeto das elites. O índio de hoje é o índio que incomoda, porque denuncia o genocídio. Por isso, do outro lado da barraca esses índios não deveriam chegar. Sonha-se com os índios que estavam naquele mesmo lugar 500 anos atrás. Ao invés de deter o genocídio, a estratégia montada foi procurar silenciar a fala que o denuncia. Essa é a cara desses 500 anos.

Além dos eventos de Coroa Vermelha, devemos destacar também o show, filmado para todo o país, ocorrido na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Os cantores foram todos proibidos de falar. Eles teriam que chegar em frente ao microfone, simplesmente cantar e deixar o palco calar os. Não podiam se pronunciar sobre os 500 anos. Esta foi uma decisão que figurou como cláusula dos contratos de pagamento com os patrocinadores, oficiais e privados. Eis um dado importantíssimo, que indica o fechamento da fala e a perigosa reintrodução da censura política e artística no Brasil contemporâneo. E de fato nenhum deles falou coisa alguma, num grupo que incluiu alguns dos ícones da nossa MPB, outrora rebeldes e contestatários. A diferença entre nós e esses cantores é que a *academia* não tem esse microfone em sua frente, seu silêncio se manifesta de outro modo.

A idéia deste ciclo de debates do CEAM foi colocar mil anos para recuar na história das Américas e, de alguma forma, chacoalhar essa certeza, essa segurança. E convido-os então a aproveitar essa oportuni-

dade e pensar nas condições do espaço democrático: como se, de repente, o lugar da dissensão, da diferença de opinião, fosse o lugar que tivesse que estar excluído. O direito a falar em uma posição que seja claramente comprometida – neste caso, com a solidariedade com os que ficaram do outro lado da barraca, que é a solidariedade internacional que gerou, quase que a contrapelo, as comemorações no Brasil. Mas nós não havíamos tido ainda do nosso lado, do lado da nossa *academia*, que eu saiba, um mínimo de voz para fazer frente a essa voz oficial.